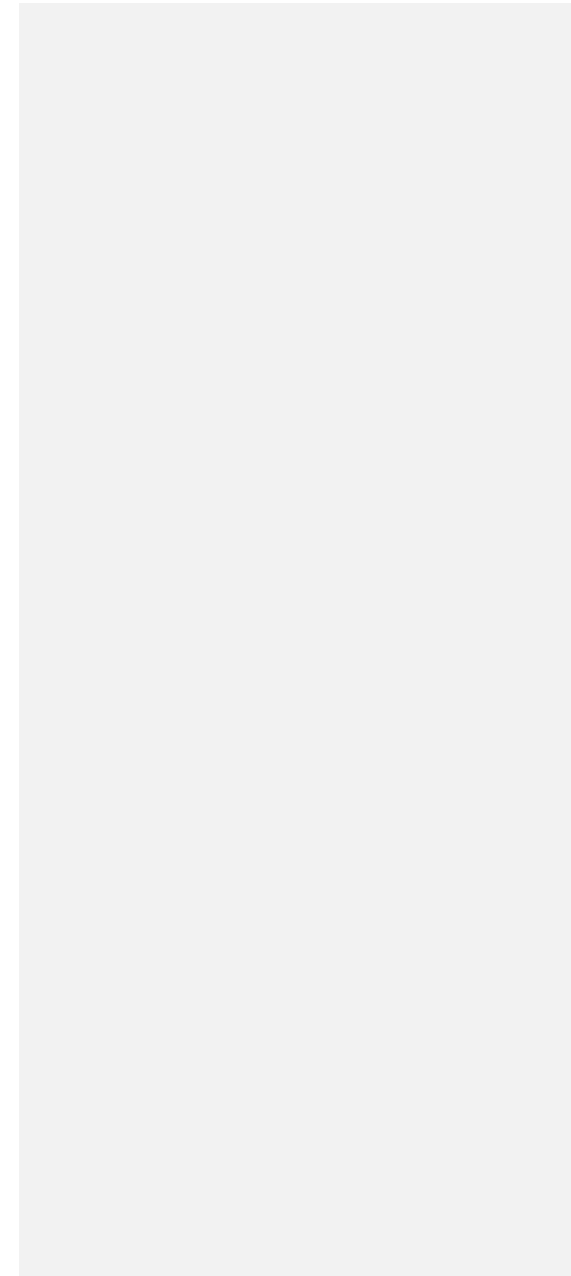


**PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL
PLS-SJMT
2021-2026**



Diretora do Foro da SJMT

Ciro José de Andrade Arapiraca

Vice-diretor

Vanessa Curti Perenha Gasques

Diretor da Secretaria Administrativa

Brenda Sanches Suli

Comissão Gestora do PLS-SJMT (PORTARIA SJMT-DIREF - 9808982)

Presidente

Juiz Federal Diretor do Foro - Ciro José de Andrade Arapiraca

Membros

Diretor(a) da Secretaria Administrativa - SECAD (Coordenador(a))

Diretor(a) do Núcleo de Administração Financeira - NUCAF

Diretor(a) do Núcleo de Administração de Serviços Gerais - NUASG

Diretor(a) do Núcleo de Tecnologia da Informação - NUTEC

Diretor(a) do Núcleo de Gestão de Pessoas - NUCGP

Diretor(a) do Núcleo de Bem Estar Social - NUBES

Diretor do Núcleo de Gestão Estratégica - NUCGE

Supervisor(a) do Setor de Comunicação Social e Memória Institucional - SETCOM

Supervisor(a) da Seção de Compras e Licitações - SELIT

Supervisor(a) da Seção de Contratos - SETRA

Supervisor(a) da Seção de Material e Patrimônio - SEMAP

Supervisor(a) da Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SEDER

Assistente do Serviço de Suporte Administrativo de TI e Comunicação - SERTIC

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
Objetivo Geral	6
Objetivos Específicos.....	6
Responsabilidades	7
Metodologia de implementação	7
Monitoramento dos dados.....	8
Avaliação do PLS-TRF1.....	9
Metodologia de Revisão.....	10
Cenários.....	12
Parâmetros para estabelecimento das metas.....	17
Classificação da Meta	19
Metas de desempenho do PLS	20
Associação das Metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU	21
INDICADORES E METAS.....	30
PAPEL	31
COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA.....	33
IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS.....	38
ENERGIA ELÉTRICA.....	41
ÁGUA E ESGOTO.....	44
GESTÃO DE RESÍDUOS.....	47

QUALIDADE DE VIDA.....	50
NO TRABALHO.....	50
TELEFONIA.....	53
VIGILÂNCIA.....	56
LIMPEZA.....	59
REFORMAS E LEIAUTE.....	62
COMBUSTÍVEL.....	65
VEÍCULOS.....	68
CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE.....	71
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	74
EQUIDADE E DIVERSIDADE.....	76

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Mato Grosso fundamenta-se no PLS do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS e é o instrumento de gestão da sustentabilidade na SJMT, vinculado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), instituído em cumprimento à Resolução CNJ 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

A gestão da sustentabilidade da Justiça Federal da 1ª Região é composta pelos Planos de Logística Sustentável do Tribunal e das 14 seccionais, conduzida de forma descentralizada por suas respectivas comissões gestoras e por suas unidades de sustentabilidade.

A experiência adquirida pela Comissão Gestora do PLS-SJMT e pelas unidades envolvidas na gestão da sustentabilidade como o conjunto da série histórica dos indicadores coletados ao longo dos anos forneceram base consistente para a elaboração do presente plano, o qual se apresenta de forma mais estruturada, com a proposição de indicadores e metas metodologicamente fundamentadas.

Assim, dando continuidade à promoção das práticas bem-sucedidas e adequando o plano à conjuntura desafiadora que se aponta no horizonte, o PLS busca, neste seu segundo ciclo, em que se alinha ao Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, consolidar na SJMT o valor da sustentabilidade nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

O presente plano foi reformulado com base no PLS estabelecido pelo TRF da 1ª Região, objetivando o alinhamento na gestão da sustentabilidade da Justiça Federal da 1ª Região.

Esclarece-se que em razão da pandemia de COVID-19 o plano foi apenas aprovado no ano de 2022, diante das dificuldades ocasionadas pela imposição do trabalho remoto. Por esta razão, durante o ano de 2021 foram adotadas como base as metas estabelecidas no PLS anterior.

Juiz Federal **CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA**
Presidente

Alinhamento do PLS-SJMT à Estratégia da Justiça Federal

O Plano de Logística Sustentável da SJMT – PLS-SJMT 2021-2026 alinha-se à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026 (art. 5º da Resolução CNJ 400/2021), aprovada pela Resolução Presi 10/2021, a seus valores, entre os quais o da “*Responsabilidade Ambiental*”, e, principalmente, ao objetivo estratégico “Promover a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho”. O PLS-SJMT 2021-2026 alinha-se também ao Macrodesafio Nacional “*Promoção da Sustentabilidade*”, que tem como indicador de Acompanhamento o “*Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS*”, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 325/2020).

Objetivo Geral

Aprimorar a gestão da sustentabilidade na Seção Judiciária de Mato Grosso, nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

Objetivos Específicos

1. Promover ações que estimulem:

- a mudança nos padrões de compra e consumo;
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;
- a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;

- a efetivação de contratações sustentáveis;
- a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão da sustentabilidade;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- a transparência da gestão da sustentabilidade.

Responsabilidades

Cabe à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da SJMT – CGPLS-SJMT, instituída pela PORTARIA SJMT-DIREF - 9808982 a responsabilidade de deliberar sobre os indicadores e metas e propor a revisão do PLS (art. 19 da Resolução CNJ 400/2021).

A Comissão Gestora é apoiada pelos gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação, especialmente na execução do Plano de Ação, na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Por alinhar-se ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região (art. 5º da Resolução CNJ 400/2021), e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), a responsabilidade pela execução do PLS é compartilhada por todos.

Metodologia de implementação

A implementação do PLS é realizada por meio do desdobramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas em ações e/ou projetos com cronograma e responsáveis definidos.

A unidade de sustentabilidade (NucGE) apoia as atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, e da Comissão Gestora do PLS, a quem cabe promover ações que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo, gestão documental, conscientização e engajamento da força de trabalho da Seccional, em conjunto e com a efetiva participação das áreas responsáveis.

Os gestores da Seccional são solidariamente responsáveis pelas práticas de gestão sustentável, pela racionalização na utilização de recursos naturais e bens públicos, pelo incentivo à mudança comportamental no que diz respeito à defesa do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente como valor de cidadania.

Monitoramento dos dados

O monitoramento do PLS é realizado de forma compartilhada, pelo NucGE e pela Comissão Gestora, por meio do acompanhamento contínuo:

- do desempenho da Seccional diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação do PLS.

Os dados socioambientais da Seccional são lançados no Sistema PLS-Jud/CNJ, disponibilizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, os quais também alimentam o Painel da Sustentabilidade da 1ª Região disponibilizado no Portal Eletrônico da Seccional.

Cabe:

- ao NucGE alimentar o Sistema PLS-Jud/CNJ com os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada um;
- à Seção de Compras e Licitações (SELIT) lançar as informações relativas aos critérios de sustentabilidade em cada item do inventário da Seccional;
- aos gerentes dos projetos e responsáveis pelas ações relatar o andamento das iniciativas do Plano de Ação do PLS.

O acompanhamento contínuo dos dados permite à Comissão Gestora do PLS tomar, tempestivamente, as providências necessárias para atingimento das metas do PLS.

Avaliação do PLS

Para a avaliação do desempenho do PLS serão considerados:

- os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- a ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- a execução das ações e projetos socioambientais.

As avaliações do PLS são realizadas por todas as instâncias de atuação dos atores da gestão da sustentabilidade: Comissão Gestora – CGPLS e NucGE, com os seguintes objetivos:

- contínua, à medida do lançamento dos dados, visando o atingimento das metas;
- anual, com a elaboração do Relatório Anual de Desempenho do PLS da Seccional, para os eventuais ajustes de metas e ações;
- bienal, ao fim de cada ciclo de seu Plano de Ação bienal, para definição dos indicadores, metas e ações, para o próximo biênio.

- sexenal, ao fim de cada ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e da 1ª Região, para análise e construção do PLS alinhado ao próximo ciclo de planejamento estratégico.

Metodologia de Revisão

A revisão do Plano de Logística Sustentável da SJMT é fruto do trabalho da Comissão Gestora do PLS - CGPLS, bem como da colaboração de diretores e servidores das unidades vinculadas aos temas tratados no PLS, as quais contribuíram para o fornecimento, revisão e análise de dados e para o estabelecimento das propostas de metas.

As séries históricas dos indicadores socioambientais instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Resolução CNJ 400/2021 e o 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário), que ora fazem parte integrante do PLS, foram essenciais para a definição das novas metas.

A exemplo do CNJ o TRF1 adotou um indicador-chave vinculado a cada meta, conforme prescrito pela metodologia de construção de indicadores. Cada indicador-chave mede, assim, o índice de racionalização do item tratado (ex: índice de racionalização de consumo de papel, índice de racionalização de consumo de energia elétrica etc.). Devido à atipicidade do ano de 2020, estabeleceu-se, em regra o ano de 2019 como ano referência.

As metas buscaram, onde coube e quando possível, alcançar a média da Justiça Federal e a consequente melhoria de desempenho no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ, pesados e analisados os resultados alcançados no período 2015 a 2019, a tendência, o cenário pré-pandemia de Covid-19, o cenário da pandemia, a capacidade de desempenho da Seccional no cenário pós-pandemia, assim como os pontos fortes e as limitações da Seccional no desenvolvimento de cada tema.

TEMAS QUE COMPÕEM O CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE – IDS	
TEMAS	INDICADORES CRÍTICOS
Energia elétrica	Cons. E.E./área total
Água	Cons. Água /área total
Papel	Cons. Papel per capita
Copos descartáveis	Cons. Copos desc. per capita
Água envasada	Cons. Água envas. per capita
Deslocamento de pessoal	Número de usuários por veículo
Reciclagem	Papel destin. Recicl./papel consumido
Ações de Qualidade de Vida	Participação relativa em ações de qualidade de vida

Cenários

Coincidiu com o novo ciclo do PLS a clara oposição de cenários “pré-Pandemia de Covid-19 *versus* Pandemia”.

A Comissão Gestora do PLS espera para o próximo ciclo um cenário intermediário entre os anos de 2019 e 2020, incerto, contudo, a depender do grau de evolução da cultura remota adquirida longo do período da pandemia.

O ano de 2020 teve expressiva melhora dos indicadores socioambientais, causada pela forte queda no consumo de recursos naturais, em decorrência da forçosa adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho.

CENÁRIO I (2019)			
Grau de Favorecimento à Sustentabilidade			
Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente	Destinação Adequada

		Adequada	
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

CENÁRIO II (2020)			
Grau de Favorecimento à Sustentabilidade			
Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

**CENÁRIO III
(2021/2022)**

Grau de Favorecimento à Sustentabilidade

Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

GRAU DE VIRTUALIZAÇÃO/AUTOMATIZAÇÃO DO TRABALHO									
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			CENÁRIO I (2019)	CENÁRIO III (2021/2022)			CENÁRIO II (2020)		
			Processos Físicos + Processos Eletrônicos	Processo Predominantemente Eletrônico			Processos Eletrônicos + Processos Físicos		
			Trabalho Predominantemente Presencial	Trabalho Híbrido			Trabalho Predominantemente Remoto		

Parâmetros para estabelecimento das metas

A Comissão Gestora do PLS delimitou os seguintes parâmetros (internos e externos) para a definição das metas:

Parâmetros internos:

- a) RESULTADO ALCANÇADO: é o resultado para a meta já alcançado pela Seccional desde a instituição do PLS (período de 2015 a 2019. O ano de 2020 foi desconsiderado neste quesito por sua atipicidade;
- b) TENDÊNCIA: é a tendência observada, obtida pela média dos resultados de 2015 a 2019;
- c) CAPACIDADE DE DESEMPENHO FUTURO: é a capacidade estimada de desempenho futuro, em vista do resultado alcançado, do cenário esperado para o próximo ciclo bem como dos pontos fortes e das limitações da Seccional em relação à meta.

Parâmetro externo:

- a) MÉDIA DA JUSTIÇA FEDERAL: é a média do resultado obtido para a meta pela Justiça Federal, quando cabível a comparação, calculada pelo CNJ (5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário).
Obs.: Este parâmetro foi aplicado onde cabível, não havendo esta referência para algumas metas ou sendo inaplicável a comparação para outras.

Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS	Sim/Não
Meta de Longo Prazo	Média da Justiça Federal
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	Redução percentual alcançada até 2019
Tendência Observada – Cenário I –	Percentual de redução médio anual
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	Redução Alcançada em 2020
Capacidade Estimada de Cumprimento – Cenário III –	Capacidade estimada de cumprimento no cenário previsto
Meta Proposta	Proposta de meta, ponderados a criticidade, a meta de longo prazo e o cenário previsto.
Pontos fortes	Situações que favoreçam o atingimento da meta
Limitações	Entraves que dificultam o atingimento da meta
Risco de não atendimento da meta sugerida	Resposta livre

Classificação da Meta

Quanto à sua criticidade

A comissão elegeu como prioridade a melhora do resultado da Seccional no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ. Este direcionamento permitiu a classificação da criticidade das metas, levando-se em conta sua participação no cálculo do IDS e a performance da Seccional em relação à Justiça Federal.

Meta crítica: A meta será considerada crítica se o tema a que ela se referir for considerado para o cálculo do IDS e se o resultado para a SJMT estiver abaixo do resultado médio da Justiça Federal.

Meta não crítica: A meta que não se enquadra na classificação crítica.

Quanto à capacidade de seu cumprimento

As metas receberam classificação também em relação à capacidade de seu cumprimento pela seccional. Neste quesito, estão classificadas como conservadoras, moderadas e desafiadoras.

Conservadora: A meta será considerada conservadora se esta for igual ou menor do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019).

Moderada: A meta será considerada moderada se esta for maior do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019) e menor que do que a capacidade de cumprimento prevista.

Desafiadora: A meta será considerada desafiadora se esta for maior do que a capacidade de cumprimento prevista.

Metas de desempenho do PLS

Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
Classificação Meta				
Quanto à Criticidade		Crítica		Não crítica
Quanto ao Atingimento		Conservadora	Moderada	Desafiadora
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
1	Índice de cumprimento das metas individuais	Cumprir 100% de cada meta	NucGE	Anual
		100%		
Fórmula: $PEM = (MA/MP) \times 100$ PEM - Percentual de Execução da Meta MA - Meta Alcançada MP - Meta para o período Obs.: Se resultado do índice for maior do que 100%, considerar o resultado como 100%				
Mede o percentual de execução de cada meta do Plano de Logística Sustentável				

Associação das Metas do PLS aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU

As metas do PLS passam a ser associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU na Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas.

Os temas constantes dos ODS podem ser divididos em quatro dimensões:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida, justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos, consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades de para colocar em prática os ODS.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável identificou seis ODS que podem ser associados às metas do PLS:

Objetivo 3. Boa Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

(...)

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

(...)

Objetivo 4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

(...)

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

(...)

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

(...)

5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais

5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

(...)

5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Objetivo 6. Água Potável e Saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

(...)

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

(...)

Objetivo 7. Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

(...)

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

(...)

Objetivo 10 - Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

(...)

10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

(...)

10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

(...)

10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

(...)

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

(...)

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas [instituições públicas, no caso do TRF], especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

(...)

Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

(...)

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

(...)

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3

Saúde e Bem-Estar

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

5

Igualdade de gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

Educação de qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

Água potável e saneamento

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7

Energia limpa e acessível

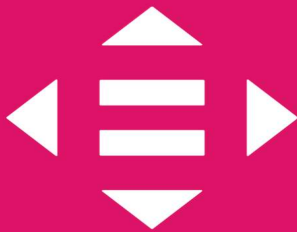
Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

10 Redução das desigualdades


Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12

Consumo e produção responsáveis


Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



INDICADORES E METAS

PAPEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de papel.

Série histórica

Papel							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CPNRP – Consumo de papel não reciclado próprio	RM	3.975	4.216	4.641	3.781	3.265	822
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	RM	1.520	721	115	99	91	5
CPNRC – Consumo de papel não reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPT – Consumo de papel total	RM	5495	4937	4756	3880	3356	827
GPNRP – Gasto com papel não reciclado próprio	R\$	38.348,15	43.862,95	63.530,75	53.335,72	52.350,72	12.733,12
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	14.291,21	6.996,16	1.121,97	1.504,2	1.320,83	78,4
GTP – Gasto total com	R\$	52.639,36	50.859,11	64.652,72	54.839,92	53.671,55	12.811,52



papel							
-------	--	--	--	--	--	--	--

Meta e Indicador

Papel				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
1	Índice de racionalização de consumo de papel	Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)	SEMAP / SESAPs	Mensal
		10% a.a.		
		Crítica	Moderada	
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de papel reciclado e papel não reciclado</p>				
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de papel reciclado e não reciclado.</p>				



COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA

Objetivo: Racionalizar o uso de copos de plástico descartáveis
e de água envasada em embalagem plástica



Série histórica

Copos Descartáveis							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CCA – Consumo de copos descartáveis para água	Centos	6.850	3.378	3.075	2.425	1.981	521
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	Centos	550	762	950	746	763	150
CCT – Consumo total de copos descartáveis	Centos	7.400	4.140	4.025	3.171	2.744	671
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para água	R\$	15.758,9	8.860,7	8.720,31	6.896,64	5.406,67	1.679,12
GCC – Gastos com aquisição de copos descartáveis para café	R\$	552,5	905,53	1.182,02	1.048,64	1.154,81	1.212,18
GTCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis	R\$	16.311,4	9.766,23	9.902,33	7.945,28	6.561,48	2.891,3

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Meta e Indicador

Copos descartáveis				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade



2	Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)	SEMAP / SESAPs	Anual
		10% a. a.		
		Crítica		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de copo descartável de água e café				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo com copo descartável de água e café.				



Série histórica

Água envasada em embalagem plástica							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Un	15.774	10.740	5.544	2.160	553	0
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Un	4.438	5.276	5.024	5.691	6.029	3.064,6
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	14.982,66	12.728,54	6.794,5	2.332,83	510,6	0
GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	31.737,04	38.494,92	33.410,29	44.530,1	44.716,58	17.483,11

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Meta e Indicador



Água envasada em embalagem plástica				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
3	Índice de racionalização de consumo de água envasada em embalagens descartáveis	Extinguir o consumo de água envasada em embalagens plásticas	SESEG / SESAPs	Anual
		15%		
		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="background-color: red; color: white; padding: 5px;">Crítica</div> <div style="background-color: yellow; padding: 5px;">Moderada</div> </div>		
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum consumo de água envasada em embalagens descartáveis</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis.</p>				



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Objetivo: Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão



Série histórica

Impressão							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CSI – Consumo de suprimentos de impressão	Un						
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	105.973,3	51.679,82	66.433,61	77.899,43	30.844,09	4.093,05
QI – Quantidade de impressões	Un	0	0	0	0	0	0
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	R\$	281	276	261	285	207	214
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	0	0	0	0	0	0
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	42.592,84	44.391,36	58.243,55	63.297	63.792	63.792

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicador



Impressão					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
4	Índice de racionalização de consumo de suprimentos de impressão	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a. a. (ano referência 2019)		SERTIC / SESAPs	Anual
		10% a.a.			
		Não crítica	Moderada		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo do ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo de suprimentos de impressão.					



ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Racionalizar o consumo de energia elétrica



Série histórica

Energia Elétrica							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CE – Consumo de energia elétrica	kWh	1.085,64	700,09	816,554	2.351	2.441	948
AC – Área construída	m ²						
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m ²	nd	nd	nd	nd	nd	nd
GE – Gasto com energia elétrica	R\$	678.230	1.415.179	1.459.084	1.193.770	1.195.381	932.326,66
GRE – Gasto relativo de energia elétrica	R\$/m ²	nd	nd	nd	nd	nd	nd

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Energia Elétrica				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
5	Índice de racionalização de consumo de energia elétrica (kWh)	Não aumentar o consumo de energia elétrica (ano referência 2019)	SESEG / SESAPs	Anual



		Não aumentar			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo no ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica					



ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Racionalizar o consumo de água e esgoto.



Série histórica

Água e Esgoto							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CA – Consumo de água	m ³	6.186	5.389	4.951	5.274	5.288	4.143
AC – Área construída	m ²						
CRA – Consumo relativo de água	m ³ /m ²	nd	nd	nd	nd	nd	nd
GA – Gasto com água	R\$	45.590,5	47.471,29	49.446,28	88.223,88	90.824,32	70.071,8
GRA – Gasto relativo de água	R\$/m ²	nd	nd	nd	nd	nd	nd

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicador

Água e Esgoto					
N.	Indicador	Meta		Responsável	Periodicidade
		2021/2022			



6	Índice de racionalização de consumo de água	Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (ano referência 2019)		SESEG/ SESAPs	Mensal
		Não aumentar			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo água.					



GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de resíduos



Série histórica

Gestão de Resíduos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DPA – Destinação de papel	Kg	2.000	2.193,5	4.566,9	5.121	2.504	1.000,49
DPL – Destinação de plásticos	Kg	20	307	56	27	93	41
DVD – Destinação de vidros	Kg	0	0	0	0	0	0
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	91	0	67	34	339	0
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	0	0	0	0	19	0
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	0	54	210	345	0
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	0	0	0	0	0	0
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	0	0	0	0	280	87
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	24	19,4	13,4	3,4	15,7	3,4

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Gestão de Resíduos				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade



7	Índice de destinação de resíduos sólidos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.		SESEG / SESAPs	Mensal
		100%			
		Crítica	Moderada		
<p>Fórmula: $\text{Total de resíduos destinados adequadamente (KG) / Total de resíduos coletados (KG)} * 100$ Total de resíduos = Σ de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (Kg) + Coleta Geral (Kg)</p>					
<p>Descrição do indicador: mede a quantidade de resíduos sólidos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.</p>					



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de QVT



Série histórica

Qualidade de Vida							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante						
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	1	2	5	9	10	9
PS – Participações em ações solidárias	Participante	180	0	0	190	1.179	870
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	2	0	12	5	17	6
AInc – Ações de inclusão	Ação	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Qualidade de Vida				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
8	Índice de participação em iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 5% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)	SEDER	Anual



	no trabalho	Aumentar em 5%			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(\text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano} - \text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano anterior} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano anterior}) \times 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo nas iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Inclui somente ações com público-alvo definido.					



TELEFONIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com telefonia fixa e móvel



Série histórica

Telefonia							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	141.141,3	119.371,3	146.485,1	137.854,7	120.674,6	79.278,96
LTF – Linhas Telefônicas Fixas	Linhas	443	457	441	443	440	415
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	12.909,12	12.282,19	19.031,56	16.301,29	13.755,61	11.597,15
LTM – Linhas Telefônicas Móveis	Linhas	51	43	42	33	30	29

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

(*) Dados de novembro e dezembro de 2020 pendentes de lançamento em razão da não entrega das contas pela companhia telefônica (informação prestada pela Divisão de Engenharia e Manutenção Predial – Dieng em 15/04/2021).

Indicadores

Telefonia				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
9	Índice de racionalização de gastos com telefonia	Não aumentar mais do que 70% do gasto total de telefonia do ano de 2019	SERTIC / SESAPs	Mensal
		Não aumentar o gasto		



	Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / (\text{Gasto total de 2017} \times 0,5))) \times 100$				
Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia.				



VIGILÂNCIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços de vigilância



Série histórica

Vigilância							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	2.343.270	2.588.379	2.716.520	2.675.369	2.679.774	921.909,72
GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$	0	0	0	0	0	0
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada Postos	Postos	0	0	0	0	0	0
GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$	nd	2.343.270	2.588.379	2.716.520	2.675.369	2.679.774

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Vigilância				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade



10	Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		SEVIT	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância</p>					
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância.</p>					



LIMPEZA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza



Série histórica

Limpeza							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	1.309.748	1.462.078	1.611.004	1.622.914	1.585.646	590.907,94
m ² Cont – Área contratada	m ²	42.165	43.524	43.524	44.169	44.814	20.207
GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$	n.d.	1.309.748	1.462.078	1.611.004	1.622.914	1.585.646
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Limpeza				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade



11	Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		SESEG / SESAPs	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $((\text{Gasto Total do ano corrente} / \text{Gasto Total no ano de 2019}) - 1) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de gastos com serviços de limpeza.</p>					



REFORMAS E LEIAUTE

Objetivo: Racionalizar os gastos com reformas e mudanças de Leiaute



Série histórica

Reformas e Mudança de Leiaute							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	750.731	1.439.688	2.640.612	1.639.982	301.288,1	2.503.196,56
GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$	n.d.	750.731	1.439.688	2.640.612	1.639.982	301.288,1

Indicadores

Reformas e Mudanças de Leiaute				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
12	Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com reformas e mudanças de leiaute Desconsideradas as situações emergenciais e imprevisíveis	NUASG	Anual



		Não ultrapassar a previsão de gastos		
		Não crítica	Conservadora	
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto Total no ano corrente} / \text{Previsão de gasto para o exercício})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com reformas e mudanças de leiautes				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com reformas e mudanças de leiautes.				

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



COMBUSTÍVEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de combustíveis (álcool, diesel e gasolina)



Série histórica

Quilometragem e Combustível							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Km – Quilometragem	Km	69.412	64.243	68.601	56.504	53.664	28.958
Combustível							
CG – Consumo de gasolina	Lt	3.047,42	3.831,516	4.461,209	3.302	2.367	433
CE – Consumo de etanol	Lt	1.085,64	700,09	816,554	2.351	2.441	948
CD – Consumo de diesel	Lt	2.474,52	4.613,64	4.298,336	3.518	2.749	3.099
CGN – Consumo de gás natural	Lt	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Quilometragem e Combustível				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade



13	Índice de racionalização de Km rodada	Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (ano referência 2018)		SEVIT / SESAPs	Anual
		Não aumentar Km rodados			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Total de Km rodados no ano corrente} / \text{Total de Km rodados em 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de Km rodados (impacta o consumo de combustíveis, no gasto com manutenção e na emissão de gases poluentes).					



VEÍCULOS

Objetivo: Racionalizar os gastos com manutenção de veículos



Série histórica

Veículos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
VG – Quantidade de veículos a gasolina	Veículos	6	3	3	3	3	2
VEt – Quantidade de veículos a etanol	Veículos	0	0	0	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	Veículos	15	14	13	16	14	7
VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos	8	7	7	7	7	3
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	Veículos	0	0	0	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	Veículos	0	0	0	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	Veículos	0	0	0	0	0	0
QVs – Quantidade de veículos de serviço	Veículos	17	15	15	16	15	8
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Veículos	12	9	9	10	9	4
QTV – Quantidade total de veículos	Veículos	58	48	57	52	48	24
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	77.047,03	93.379,53	38.041,08	42.197,49	34.254,74	27.561,57
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores



Veículos					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
14	Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos	Não aumentar em mais de 20% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		SEVIT / SESAPs	Anual
		Não aumentar em mais de 10% a.a.			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com manutenção de veículos Descrição do indicador: Mede a racionalização de gastos com manutenção de veículos					



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Capacitar e sensibilizar o maior número de servidores no tema Sustentabilidade.



Série histórica

Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ACap – Ações de capacitação e sensibilização		1	3	7	5	7	0
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação		180	14	4	237	100	0

Indicadores

Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
15	Índice de participação em ações de capacitação em sustentabilidade	Promover ações de capacitação que sensibilizem 5% dos servidores até 31 de dezembro de 2022	SEDER	Anual

Comentado [LM1]: tribunal sugeriu 5%



		Capacitar 5% dos servidores		
		Não crítica	Moderada	
Fórmula: (Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação no ano/total de servidores da instituição) x 100				
Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo em ações de capacitação em sustentabilidade.				



CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Aplicar os critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações



Indicadores

Contratações Sustentáveis				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Prazo
16	Índice de quantidade de novas licitações sustentáveis	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	SELIT	Dez/2022
Fórmula: $(\text{Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010}) / (\text{Quantidade de novas licitações})$				
Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010: observação integral, quando cabível, dos arts. 4º a 7º.				
Quantidade de novas licitações: total de licitações realizadas no período para certames ligados a parâmetros que tenham alguma aplicação sustentável				
Descrição do indicador: mede o percentual de novas licitações realizadas em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010				



EQUIDADE E DIVERSIDADE

Objetivo: Promover a equidade e diversidade na Seccional



Indicadores

Equidade e Diversidade				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Prazo
17	Índice de equidade	Implementar o indicador de equidade	NucGP	Dez/2022
Fórmula: (número de servidoras /total de servidores)*100				
Descrição do indicador: mede o percentual de equidade				



